Fenajufe questiona emendas na Reforma da Previdência

A atuação da Administração Pública, ao aprovar emendas parlamentares dentro da Reforma da Previdência, desrespeitou as normas que regulam as suas atuações enquanto ente público.

Com esse argumento, a Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário e Ministério Público da União (Fenajufe) apresentou Ação Civil Pública contra a União sobre a liberação de emendas parlamentares na Proposta de Emenda Constitucional 06/2019, que propõe a Reforma da Previdência.

Segundo a Fenajufe, representada pelo escritório César Britto Advogados Associados, as emendas apresentam práticas imorais e ilegais. A ação está em trâmite na 17ª Vara Federal de Brasília.

"Por meio das emendas parlamentares, é notável que o Governo Federal tenta barganhar, de maneira ilegal e imoral, a fim de conseguir a aprovação da previdência. A tentativa configura-se como lesiva à cidadania e à dignidade dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, bem como viola os seus direitos fundamentais", diz.

A ação afirma ainda que a votação da PEC 06/2019 é prioridade do Governo Federal, que pretendia executá-la ainda no primeiro semestre do presente ano, mas não obteve êxito.

"Tal fato significa, portanto, que para a devida promoção do processo democrático de alteração da Constituição de República, bem como da conscientização da população, as emendas parlamentares devem ser cessadas, caso tenham esse nexos causal direto com a aprovação da "Reforma da Previdência", afirma.

Segundo a Federação, o Governo Federal, movido pelo desejo de aprovar uma medida que conta com a reprovação de grande massa da população e da maior parte dos especialistas, "passa a utilizar-se de meios escusos, manipulando por meio de emendas parlamentares. A Administração, portanto, age de forma ilegal —por ter sido parcial e inverídica— imoral e desonesta".

Clique [aqui](#) para ler a ação inicial
1029540-32.2019.4.01.3400

Date Created
05/10/2019